

DOI: 10.47456/4n3mjx89

A infância e o direito de participação ativa: obstáculos para a Educação Infantil em dias atuais

Childhood and the right to active participation: obstacles to early childhood education

Roselena Castelo de Souza Leonel
Andréia de Oliveira Castro
Antônio dos Santos Leonel
Ronaldo dos Santos Leonel

Resumo: O texto apresenta um ensaio teórico que se baseia na Sociologia da Infância e em uma pesquisa bibliográfica. O objetivo é abordar o direito das crianças de participar e seu papel na sociedade atual, enfatizando a importância de ouvir suas vozes e considerar suas ações como sujeitos de direitos. Os achados mostram que houve um progresso significativo nos estudos sobre crianças e infância nos anos recentes, formando um campo de pesquisa multidisciplinar que busca entender a experiência da infância a partir da perspectiva das próprias crianças. As mudanças sociais em andamento influenciam as interações entre crianças e adultos em níveis políticos, culturais e educacionais, sendo essencial desconstruir a produção normativa centrada nos adultos, que marginaliza as crianças e impede sua participação na sociedade. Assim, a criança deixa de ser vista como um objeto e passa a ser reconhecida como um sujeito ativo. Com essa nova posição, é vital transformar a escola em um ambiente democrático e acolhedor, promovendo um diálogo respeitoso entre crianças e adultos, estabelecendo relações mais equilibradas.

Palavras-chave: Infância; Padrões sociais; Direito de se envolver; Educação de crianças pequenas.

Abstract: The text presents a theoretical essay that is based on Childhood Sociology and a bibliographical research. The objective is to address the children's right to participate and their role in today's society, emphasizing the importance of hearing their voices and considering their actions as subjects of rights. The findings show that there has been significant progress in studies on childhood and childhood in recent years, forming a field of multidisciplinary research that seeks to understand the childhood experience from the perspective of children's own children. As social changes in andamento influence the interactions between children and adults on political, cultural and educational levels, it is essential to deconstruct the normative production centered on adults, which marginalizes children and prevents their participation in society. Thus, children stop being seen as an object and begin to be remade as an active subject. In this new position, it is vital to transform the school into a democratic and supportive environment, promoting a respectful dialogue between children and adults, establishing more balanced relationships.

Key-words: Childhood; Padrões sociais; Right to wrap; Education of small children.

Introdução

As pesquisas sobre a infância formam um campo que abrange diversas disciplinas e tem avançado globalmente, com ênfase nos

países de língua inglesa. Assim como ocorre em outros campos que cruzam áreas do conhecimento, o que caracteriza os estudos sobre a criança não é a presença de uma teoria específica ou a definição de uma autonomia no âmbito do conhecimento em relação às disciplinas, nem mesmo a adoção de uma metodologia particular. A essência desse campo multidisciplinar reside na integração de conhecimentos de várias áreas em torno de um foco específico: a criança e a sua infância (Sarmento, 2015).

A interação que a Sociologia da Infância tem promovido com diferentes campos de pesquisa é essencial para entender a experiência da infância a partir da própria vivência das crianças, sendo esta a única forma de abordar as complexidades que emergem em seus contextos atualmente. Essa abordagem possibilita o desenvolvimento de estudos sobre a criança, englobando relações interdisciplinares que incluem diversas áreas das ciências sociais, como pedagogia, antropologia, economia, história e sociologia.

A interação e a evolução do campo dos estudos sobre a infância têm, aos poucos, fomentado uma maior sensibilidade para ouvir as vozes das crianças e conduzir investigações que buscam entender a condição humana sob a perspectiva infantil. Dentro desse escopo teórico, as contribuições são significativas ao dar visibilidade a crianças e infâncias urbanas, indígenas, quilombolas, imigrantes, que se encontram nas ruas e em contextos de guerras e conflitos. O incentivo ao estudo das crianças, a partir de suas próprias práticas, culturas e ações, as, liberta do olhar marginalizado que lhes é imposto (Dornelles; Fernandes, 2015).

A Sociologia da Infância, ao reconhecer que as crianças são agentes sociais completos, capazes de construir suas próprias compreensões sobre os contextos em que vivem.

A posição da criança na sociedade atual

A infância e as crianças sempre foram compreendidas como uma construção formada por um conjunto de representações sociais e crenças, que se baseiam em mecanismos de socialização e controle que surgiram nos séculos XVI e XVII. No entanto, as condições e

circunstâncias atuais trazem novos desafios e formas de vida para as crianças e sua integração social (Sarmento; Pinto, 1997). A infância constitui um grupo social de caráter geracional e contínuo. Apesar da diversidade presente, existem aspectos compartilhados entre as crianças, como a vulnerabilidade e a dependência em níveis social, econômico e jurídico.

Esses elementos compartilhados evoluem ao longo do tempo, em diferentes contextos geográficos e sociais, criando condições específicas de vivência para as crianças (Sarmento, 2011). A infância é composta por crianças e está em constante renovação, em virtude do nascimento e do desenvolvimento humano. Os adultos desempenham um papel crucial na definição das condições de vida infantis, sendo os portadores do poder político e social. Este poder molda a infância por meio da implementação de processos de gestão simbólica, que incluem a definição explícita ou implícita de regras de inclusão e exclusão, exercendo continuamente uma influência normativa sobre as crianças.

Esse poder se manifesta tanto na criação de conteúdos relevantes sobre o que é adequado ou inadequado para as crianças, quanto na interação direta e na execução dos papéis de pais, educadores, instrutores e profissionais que atuam em instituições voltadas ao atendimento infantil (Sarmento, 2011). A autoridade normativa que define a normatividade ligada à infância atual — isto é, as representações, imposições, obrigações e proibições que permeiam as práticas consideradas típicas das crianças e as relações estabelecidas entre adultos e elas — surgiu com a modernidade e se sustentou em quatro pilares fundamentais que, conforme Sarmento (2011), são:

- ✓ A instituição de ensino pública, estabelecida no final do século XVIII, passou a ter frequência obrigatória na primeira metade do século XIX, tornando-se um local institucional de pertencimento para as crianças.
- ✓ A família nuclear, que tomou o lugar de outras configurações familiares, se estabelece como um

ambiente de conexão e pertencimento emocional para a criança.

- ✓ A elaboração de um conjunto de conhecimentos formalizados acerca da "criança saudável", difundidos por meio de uma reflexão organizacional e ligados a uma série de normativas.
- ✓ De caráter clínico, psicológico, educacional e comportamental.
- ✓ Que teve grande importância para a Psicologia do Desenvolvimento e para a concepção da criança como um ser biopsicológico em fase de amadurecimento e evolução;
- ✓ A gestão simbólica, por meio da formulação, tanto implícita quanto explícita, de normas que estabelecem critérios de inclusão, exclusão, obrigatoriedade e validação das crianças.

O sistema de normas e diretrizes gerado por esses quatro pilares relacionados à normatividade infantil tem, ao longo dos últimos duzentos anos e meio, estabelecido um espaço social específico para as crianças, moldado pela visão social predominante sobre a infância. Essa normatividade infantil é um produto histórico que surgiu na era moderna, mas ganhou força no século XX através de legislações nacionais e internacionais que orientam a vida das crianças e uniformizam as interações entre Estados, famílias e os próprios menores.

A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, conhecida como CDC, representa uma das manifestações mais importantes da globalização política e cultural em relação a um modelo específico de infância. Essa diretriz normativa, conforme afirmam Marchi e Sarmento (2017), não se limita ao âmbito legal, mas também se manifesta na sociedade ao abordar a questão: O que significa ser criança e qual é o comportamento típico de uma criança? Os autores destacam que são os padrões de comportamento, atitudes, costumes e práticas dos adultos que moldam a administração simbólica da infância. Esse conjunto de normas define um espaço social para a

criança e estabelece a função de "criança", que, segundo Sarmento (2011), consiste em um conjunto de comportamentos e ações esperados dela, primeiramente imaginados como a função de um estudante.

A instituição de ensino promoveu a desprivatização das crianças, afastando-as em parte do ambiente familiar e da proteção que a família oferece. Através da escola, a infância passou a ser reconhecida como uma fase social voltada aos futuros cidadãos, preparando-os para a vida social. Na realidade, o foco da escola está mais no aluno do que na criança. Juntamente com essa transformação, a criança adquire um status institucional e uma dimensão pública. De certa forma, dentro da instituição, a criança perde sua individualidade como sujeito com saberes, emoções, aspirações e vontades, sendo substituída pelo papel do aprendiz, que é moldado pela ação adulta e avaliado por meio de comportamentos prescritos, podendo ser premiado ou penalizado. A escola estabelece uma conexão específica com o conhecimento, padronizando a forma de aprendizado e transmissão deste, sem considerar as diversas diferenças socioeconômicas e culturais (Sarmento, 2011).

A instituição de ensino desenvolveu uma cultura única, na qual o estudante tem a função de assimilar esse conhecimento. Desde suas origens religiosas na Idade Média até a incorporação de um modelo organizacional inspirado na indústria, a escola enfrenta um momento de crise e redefine a analogia entre a escola e a fábrica, assim como entre as crianças e os operários. Isso gera uma intenção reformista que transforma a escola pública em uma entidade que oferece serviços educativos, posicionando o professor como um trabalhador qualificado em atividades de ensino e o aluno como um aprendiz. Essa inversão, conforme aponta Sarmento (2011), modificou as práticas pedagógicas e suas metodologias, resultando em alterações significativas no processo de aprendizado.

Nesse contexto, os adultos desempenham uma função crucial na definição das condições de vida das crianças por meio da gestão simbólica de suas experiências. No entanto, as crianças, por sua vez, também influenciam a reconfiguração das práticas familiares,

educativas, institucionais e dos ambientes sociais que habitam. A concepção predominante de infância é moldada nas interações sociais entre adultos e crianças ao longo de diferentes períodos históricos.

Abordagens e entendimentos que se distanciam das normas convencionais podem marginalizar crianças em relação ao seu papel social (Sarmento, 2011). As tecnologias da informação e comunicação (TICs) transformam a experiência de ser aluno, onde a autonomia, a criatividade, a iniciativa e o empreendedorismo são conceitos fundamentais. No entanto, princípios tradicionais como disciplina e esforço pessoal continuam relevantes. A nova experiência de ser aluno é intensificada pelo efeito do individualismo institucionalizado (globalização), que fragiliza as conexões sociais.

O estudante é convocado a realizar um desempenho competente, com seu êxito visto como uma conquista individual. Assim, estabelece-se a função de aluno, que é pautada pelos valores do mérito, da competição e da independência da criança. Essa função leva à realização de atividades escolares que envolvem não apenas habilidades cognitivas, mas também atitudes, comportamentos e disposições, englobadas pelo termo competências e resultados de aprendizado (Sarmento, 2011). Essa dinâmica gira em torno da tensão entre liberdade e supervisão.

A criança em processo de aprendizagem é incentivada a se tornar um ser autônomo, capaz de traçar seu próprio caminho no ambiente escolar e social, mas acaba sendo sujeita a uma avaliação constante. O aspecto paradoxal desse tipo de gestão simbólica da infância reside no fato de que, enquanto se defende a independência das crianças, elas ficam sob a supervisão direta ou indireta dos adultos. As desigualdades no acesso aos direitos sociais pelas crianças geram a necessidade de diversificar as interpretações de autonomia: seja por obrigação (alunos bem-sucedidos) ou por privação (aqueles que enfrentam o fracasso).

Assim, a função de ser aluno, assim como a de ser criança, é vista como incompleta, imperfeita e parcial, segundo Sarmento (2011). As transformações sociais dos tempos atuais impactam essa realidade, e as alterações na situação social da infância são vivenciadas de

maneira desigual entre as crianças, tanto no que diz respeito ao acesso aos seus direitos sociais quanto nas experiências diárias relacionadas à mobilidade, segurança, saúde, interações democráticas entre gerações, tecnologias da informação e comunicação, além da cultura global de produtos e serviços destinados ao público infantil.

Nesse cenário, Sarmento e Pinto (1997) destacam alguns paradoxos relacionados à infância: as crianças são mais visíveis quando se observa sua quantidade reduzida, conforme os dados demográficos. Embora existam normas internacionais que garantem os direitos infantis, ainda não há certeza de que as condições de vida melhorem. As crianças são vistas como o futuro da humanidade, mas enfrentam opressão no presente. A própria definição de infância é contraditória, uma vez que discursos e políticas diversas apresentam visões e entendimentos diferentes sobre o que é ser criança. Consideradas parte de um grupo minoritário, elas enfrentam uma marginalização que as exclui da participação plena na sociedade, por isso, é fundamental reconhecer a criança em sua essência, como um sujeito de direitos. Essa perspectiva se fundamenta na interdisciplinaridade, que é capaz de analisar e entender os variados fatores que moldam a experiência da infância (Sarmento; Pinto, 1997).

As crianças têm atributos específicos de acordo com sua fase de desenvolvimento, o que não as torna menos capazes ou ineficazes como participantes sociais; pelo contrário, as define como um grupo único e, ao mesmo tempo, diverso. Recentemente, a maneira de entender as crianças foi marcada por uma visão negativa, apresentando a figura da criança como submissa à autoridade dos adultos, evidenciada pela falta de voz e de protagonismo.

Esse grupo enfrenta a invisibilidade social e a falta de voz infantil, mas persiste na participação ativa na construção cultural. Na sociedade atual, várias iniciativas nacionais e globais reivindicam os direitos das crianças, mas se deparam com as desigualdades sociais que restringem sua eficácia.

O mundo aparenta ter se tornado mais complicado, desigual e diversificado, com a hegemonia da questão econômica que submete os Estados nacionais a organizações multilaterais que exercem

influência e impõem suas ideologias e políticas públicas, as quais têm pouco impacto positivo para as crianças. Nesse contexto, as organizações e movimentos sociais emergem como arenas de luta, resistência e apresentam um potencial significativo para a transformação social (Tomás, 2014). Segundo Tomás (2014), o século XX foi visto como o século da criança, o que resultou em uma descolonização da infância.

Segundo a autora, dois aspectos importantes desse processo são a ampliação do entendimento sobre a infância e o reconhecimento das crianças como participantes sociais, ativas e geradoras de suas próprias culturas. As crianças são seres imersos em um contexto cultural, e a autora defende que seus direitos consistem em um conjunto de valores consagrados em legislações tanto nacionais quanto internacionais, visando garantir o respeito e a implementação de certos princípios e condições de vida para elas. A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), conhecida como CDC, é um instrumento jurídico internacional, juntamente com outros documentos legais nacionais, que desempenharam um papel crucial em reposicionar a criança na sociedade atual, afirmando que elas possuem direitos equivalentes aos dos adultos.

Ao ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), as nações se comprometeram a proteger e garantir os direitos infantis, aceitando a responsabilidade perante a comunidade internacional por sua implementação. A CDC surge em um período de profundas transformações sociais, culturais, tecnológicas e econômicas impulsionadas pelo capitalismo avançado, que afetam de maneira mais intensa as crianças dos países do Cone Sul. Embora a CDC, fruto de intensa pressão social em prol dos direitos infantis, reconheça as crianças como titulares de direitos, ela também enfrentou diversas críticas. Entre elas, conforme apontam Marchi e Sarmento (2017), destaca-se a desconexão entre a ideia universal de direitos e as especificidades dos contextos locais que envolvem crianças e suas infâncias. Outra crítica refere-se à influência dos países do Norte global em sua elaboração, que impõe suas próprias visões sobre criança e infância no texto.

As crianças que não se alinham a esses critérios acabam sendo marginalizadas (como as de famílias de baixa renda, indígenas, ciganas e as que vivem nas ruas). Isso resulta na formação de um conceito específico de infância que exclui alguns grupos do reconhecimento social. Esse segmento geracional é o mais impactado pelas desigualdades sociais geradas pela globalização e pela filosofia neoliberal. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) não conseguiu eliminar a discriminação e as desigualdades sociais que afetam os menores. A CDC apresenta ambiguidades tanto culturais quanto econômicas. Entre os três princípios fundamentais, o direito à participação é o que recebe menos atenção, já que a abordagem se concentra nos direitos à provisão e à proteção, sem reconhecer as crianças como protagonistas sociais que têm o direito de influenciar nas decisões que afetam suas vidas (Sarmento; Pinto, 1997). Existe um descompasso entre essa visão idealizada da infância, que se fundamenta em seus direitos, e a realidade vivida pelas crianças ao redor do mundo.

Marchi e Sarmento (2017) levantam a questão sobre a possibilidade de valorizar a pluralidade de entendimentos sobre a infância, reconhecendo a variedade de estilos de vida das crianças e suas interações com os adultos, a partir de uma visão crítica, cosmopolita e multicultural dos direitos infantis, além da necessidade de implementar novas políticas voltadas para a infância, que sejam mais sensíveis às condições desfavorecidas. A infância é afetada por diferentes formas de violência, incluindo a pobreza, agressões físicas e sexuais, e questões relacionadas à migração, entre outras.

Os direitos das crianças são frequentemente desrespeitados quando interesses econômicos ou políticos dominantes se impõem sobre as necessidades de proteção e desenvolvimento infantil. Segundo Marchi e Sarmento (2017), na última década, tornou-se evidente a contradição entre a normatividade infantil criada pela modernidade, que se baseia em uma perspectiva adultocêntrica, e a realidade de vida das crianças afetadas pela desigualdade, resultante do capitalismo financeiro, das crises climáticas e de saúde, além das guerras e conflitos que afetam diversas nações e sociedades.

A inclusão das crianças e a consideração de suas vozes: consequências e obstáculos na Educação Infantil.

A trajetória histórica das instituições sociais, incluindo as jurídicas e acadêmicas, tem sido extensa para que os adultos das sociedades ocidentais valorizassem a criança, reconhecendo sua condição como sujeito e sua dignidade como indivíduo. Entre os principais marcos desse reconhecimento, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959.

Esta Declaração, assim como a anterior de 1924, conhecida como a Declaração de Genebra, promovida pela Liga das Nações, teve como objetivo garantir a proteção da infância. A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, também denominada CDC, reconhece a singularidade da criança, adotando uma abordagem semelhante à do preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança de 1959, ressaltando que a criança requer cuidados e proteção especiais em razão de sua imaturidade física e mental (Rosemberg; Mariano, 2010).

Com base nesse conjunto de normas, a disputa entre a proteção e a inclusão das crianças envolve uma série de aspectos que vão além do contexto cultural e do ambiente familiar, uma vez que a perspectiva adulta tende a considerar a criança como incapaz de participar da vida social (Brostolin, 2021). Conforme com autora, essa visão resulta na invisibilidade da criança no espaço público, causando um afastamento entre o direito à proteção e o direito à participação.

Para Brostolin:

[...] a compreensão da criança vulnerável, desprotegida e dependente do adulto compromete a realização dos direitos que assistem a criança diante da tradicional distinção entre os direitos de proteção, provisão e participação, os três “p”, assegurados pela Convenção dos Direitos da Criança, a CDC, de 1989. Dentre estes, o direito de participação é comprovadamente o direito com menos progresso e essa constatação nos permite afirmar a urgente necessidade de envolver a sociedade em um processo de aprendizagem que reveja a relação assimétrica entre adultos e crianças e permita um compartilhamento de divisão de poder e negociação (Brostolin, 2021, p. 4)

Conforme Pereira (2017), o termo participação na infância é multifacetado e complexo, manifestando-se em diversas dimensões. Na perspectiva dos direitos, a participação é reconhecida pela primeira vez no Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA), de 1989, que afirma o direito das crianças de se envolverem em tudo que as afeta. Os artigos 12, 13, 14, 15 e 17 garantem, promovem e detalham o direito à participação infantil. Segundo Pereira (2017, p. 168), “[...] o artigo 12 é o exemplo mais significativo ao afirmar que todas as crianças têm o direito de expressar suas opiniões sobre questões que as envolvem, levando em consideração sua idade e grau de maturidade”.

A escritora também menciona que tanto crianças quanto adultos integram a mesma sociedade, e que é um direito da criança contribuir para sua estrutura e proteger seus interesses. Fernandes e Trevisan (2018) destacam que iniciativas que promovem a participação das crianças podem aumentar a conscientização sobre seus direitos e fortalecer os vínculos comunitários através do diálogo entre gerações e das experiências compartilhadas.

Segundo Pereira (2017), a participação de crianças e adultos não deve ser analisada com base nos mesmos critérios, já que as crianças possuem menos vivências e conhecimentos devido ao seu tempo reduzido de vida na sociedade. Assim, cabe ao adulto facilitar a participação da criança, oferecendo oportunidades para sua expressão e criando ambientes de debate que valorizem suas diferentes formas de comunicação, permitindo que desenvolvam uma voz única.

A escuta de opiniões e os processos decisórios são fundamentais para garantir que as crianças tenham sua voz reconhecida, uma voz que, mesmo que útil, pode ecoar em diferentes contextos, mas que nem sempre recebe a devida atenção e respeito. Segundo Fernandes e Souza (2020), o conceito de voz é multifacetado e tem obtido, nos últimos anos, maior destaque na academia, embora haja preocupação com a superficialidade do termo. Sua origem etimológica remonta ao latim “vox”, que significa grito, som ou fala. As pesquisas voltadas para as crianças demonstram um empenho em captar e amplificar suas vozes por meio de metodologias cada vez mais acessíveis e respeitosas, sem perder de vista a vigilância crítica e a importância de reconhecer a singularidade da criança, permitindo que o pesquisador vá além das modas e da trivialização de suas expressões.

A expressão vocal das crianças é marcada, em grande parte, pela pluralidade e se manifesta de várias maneiras, incluindo a comunicação verbal, gestos, imagens, desenhos e outras formas de registros. Essa diversidade requer uma abordagem sensível e metodologias adequadas para sua escuta e compreensão (Sarmento; Trevisan, 2017). É fundamental que essa escuta seja atenta, receptiva e empática em relação à voz e às ações das crianças, estabelecendo um diálogo que é horizontal e colaborativo entre adultos e crianças, em vez de um processo unilateral e isolado.

O reconhecimento da importância das crianças tem demandado uma atenção mais atenta e ética em relação às abordagens de pesquisa, necessitando de metodologias que respeitem a singularidade das crianças, suas formas de expressão e ritmos, sem as submeter à interpretação do adulto. A inclusão das crianças nas investigações permite uma produção mais enriquecedora de conhecimento sobre elas mesmas e sobre seus semelhantes.

Fernandes e Marchi (2020) destacam as investigações realizadas recentemente que possuem a característica de uma cultura de escuta, a qual, de certa maneira, diminui o significado de dar voz, uma vez que permitir que a criança se expresse vai além de apenas a deixar falar; implica também em entender e teorizar sobre o universo social infantil. Segundo as autoras, esse desafio é composto por três elementos principais:

A autenticidade diz respeito à preservação da perspectiva infantil em questões de tradução, interpretação e mediação, levando em consideração as táticas empregadas para ouvir as vozes das crianças. É importante observar a dinâmica da pesquisa entre adultos e crianças, as relações de poder que emergem e como forma se estabelecem as condições para que a autenticidade se manifeste.

Diversidade – o termo “voz da criança” refere-se frequentemente a uma expressão uniforme, sem considerar as diferenças de classe social ou cultural, o que oculta a questão da diversidade. É fundamental tomar cuidado para garantir a visibilidade das múltiplas vozes, respeitando a criança como um agente social. Característica da participação – a investigação deve ser entendida como uma atividade que ocorre com as crianças, e não sobre elas.

A ideia de "dar voz" à criança, como aponta Marchi (2018), já se tornou um conceito comum nas investigações contemporâneas. Contudo, é fundamental refletir sobre a possibilidade de que isso perca sentido diante das mudanças epistêmicas e metodológicas, nas quais a criança deixa de ser um objeto de estudo para se tornar um sujeito ativo na pesquisa. Para a autora, essa expressão carrega um significado duplo: por um lado, os pesquisadores adotam uma postura política ao se voltarem para um grupo social minoritário que historicamente esteve ausente das pesquisas; por outro, é imprescindível considerar a participação das crianças e ouvir o que elas têm a expressar sobre seus universos, suas formas de pensar e agir.

O foco não está em simplesmente oferecer espaço para que se expressem, mas em validar a variedade de vozes que já existem, considerando que a comunicação das crianças pequenas muitas vezes não ocorre de maneira verbal e que elas utilizam outras formas de expressão. Oferecer voz não implica falar em nome dos demais, nem reduzir a expressão do outro (Marchi, 2018). A marginalização ou a exclusão das crianças de contextos sociais influentes, como o ambiente de trabalho e a interação com adultos fora do núcleo familiar, prejudica sua participação na vida comunitária e nas questões políticas.

A limitação da infância a um ambiente social determinado e supervisionado pelos adultos resultou, como efeito, na percepção comum de que as crianças estão naturalmente excluídas do exercício de direitos políticos (Sarmento; Fernandes; Tomás, 2007). O distanciamento da criança do universo político, juntamente com a ausência de poder para participar das decisões dos adultos, intensifica a visão negativa sobre elas. A participação está relacionada à maneira como ocupam o espaço, possibilitando a identificação das crianças no espaço público como agentes sociais. Essa concepção favorece o reconhecimento delas como um grupo essencial, considerando-as como agentes politicamente capazes.

Facilita ainda a ampliação dessas áreas, promovendo interações mais equilibradas e flexíveis entre adultos e crianças, sempre que os adultos colaboram com os pequenos. Nesse contexto, o envolvimento das crianças nas suas interações com aqueles que lhes são importantes, sejam adultos ou outras

crianças, é influenciado por elementos provenientes das dinâmicas de poder e das hierarquias presentes nas relações entre essas faixas etárias.

De acordo com Sarmento, Fernandes e Tomás (2007), para que possamos avaliar a participação das crianças em ambientes públicos, é fundamental considerar a influência das estruturas e instituições que as cercam, sejam elas de caráter educacional, econômico, jurídico ou social, as quais frequentemente representam barreiras para o desenvolvimento de espaços adequados à participação dos pequenos. Analisar a participação infantil implica reconhecer seus direitos como membros da sociedade, necessitando de condições favoráveis que estimulem e possibilitem sua atuação. Como afirmam Fernandes e Marchi (2020, p. 6), “a participação genuína requer inclusão, e não apenas integração [...]”.

A contribuição deve levar em conta quatro elementos nas interações participativas, conforme as autoras: espaço – maneiras de apresentar opiniões; voz – através de diversas formas de expressão; audiência – ser ouvidas de maneira relevante; influência – suas perspectivas precisam ser levadas em consideração nas decisões. Os fundamentos que apoiam a participação de crianças mostram a importância de fomentar a autonomia infantil, já que a genuína autonomia se baseia em um comprometimento mútuo entre as partes envolvidas. É essencial ultrapassar a visão de um futuro distante para as crianças, a fim de que a participação infantil se concretize.

Hoje em dia, é amplamente reconhecida a relevância da Educação Infantil como uma extensão da educação familiar, que mediante práticas pedagógicas, ajuda a desenvolver relações sociais e a enriquecer as diversas formas de expressão da criança. Nesse contexto, a educação tem como propósito promover, de maneira direta e intencional, o desenvolvimento da humanidade em cada ser único, resultado de uma construção coletiva da sociedade. Por isso, as instituições de Educação Infantil devem se definir como ambientes que favorecem a imersão das crianças em vivências sensoriais, expressivas, corporais, lúdicas e verbais, onde elas podem se manifestar como seres criativos (Delgado, 2015).

A ausência dessas condições levou à reavaliação de seus significados, que ganharam destaque no debate nacional, influenciando as políticas nas reformas educacionais. Assim, houve uma mudança na narrativa da igualdade social, que passou a priorizar a qualidade, fundamentada em critérios da lógica de mercado e na ideologia neoliberal, tratando as famílias como consumidoras de serviços e produtos, o que acentua as desigualdades sociais e educacionais. A modernidade estabeleceu a escola como um meio de acesso à cidadania, ao mesmo tempo em que distanciou as crianças do espaço público. Essas crianças são percebidas como os cidadãos do amanhã, enquanto, na atualidade, estão isoladas da convivência social, exceto no ambiente escolar, sendo protegidas pelas famílias de uma participação plena na vida comunitária.

No ambiente escolar, até que ponto os direitos das crianças como agentes sociais são reconhecidos? Existe a oportunidade para que elas participem e sejam ouvidas? Ouvir uma criança envolve não ter respostas definitivas para todas as suas perguntas e aprender junto com ela, permitindo que se expresse. A curiosidade, criatividade e inventividade, manifestadas através de seus questionamentos, são ferramentas que as crianças utilizam para se comunicar e se relacionar. Quando o educador está disposto a ouvir, “ele diminui o uso do ‘controle’”. O diálogo é um sinal de respeito pela criança. Proporcionar à criança a oportunidade de se expressar implica em uma escuta atenta e sensível do outro, representando um espaço de interação respeitosa e dialógica, onde ela não ocupa apenas o papel de ouvinte, mas também de falante.

A questão não é simplesmente inverter a dinâmica existente, mas sim promover uma relação de reciprocidade entre adultos e crianças. A escuta, que deve ser atenta, sensível e dialética, envolve cuidado e atenção, indo além do ato de ouvir de forma superficial. Essa abordagem incentiva um diálogo entre professores, a equipe técnico-pedagógica, as crianças e suas famílias, permitindo uma reflexão sobre o significado da escola na infância. Ouvir as crianças no contexto pedagógico implica na criação de conhecimento a partir das interações entre elas e os adultos, ao invés de apenas seguir rigidamente o currículo oficial (Fernandes, 2019). A escolarização, o controle social e os critérios contemporâneos relacionados à infância estão interligados.

As mudanças sociais que se iniciaram no século XVII criaram um cenário que transformou a escola em um espaço dedicado ao cuidado da infância. No ocidente, esse contexto também estabeleceu um ambiente onde se consolidou a disciplina, separando efetivamente o universo adulto do infantil, promovendo a ideia de que as crianças representam o futuro. A formalização dos cuidados infantis e o longo tempo que elas passam na escola acabaram limitando sua participação na sociedade, devido ao controle significativo que os adultos exercem e à escassa influência que as crianças têm sobre seus próprios ambientes (Pires; Branco, 2007).

Refletir sobre a prática pedagógica na Educação Infantil implica considerar os desafios únicos que vão além das qualificações profissionais, pois é crucial que o educador entenda esse ambiente, incluindo suas evoluções e retrocessos ao longo do tempo. Entre os pontos a serem discutidos estão a inseparabilidade entre cuidar e educar; as relações desenvolvidas com as famílias; e as interpretações dos documentos que norteiam as ações pedagógicas, bem como suas visões sobre as crianças e a infância. É essencial levar em conta a perspectiva das crianças sobre essas questões para assegurar uma educação de qualidade que as respeite e as escute.

Não se trata, assim, de ignorar a importância do educador e da escola durante a infância, mas sim de reestruturar as práticas diárias nesses ambientes. O objetivo é permitir a elaboração de um currículo que considere a criança como protagonista em seu aprendizado, desenvolvimento e vivência dessa fase da vida. Isso envolve valorizar suas opiniões, interesses, necessidades e criações, além de garantir a elas acesso a experiências variadas de aprendizado, tratando-as com a devida atenção devida como indivíduos.

É fundamental criar ambientes, momentos, contextos e interações que possibilitem à criança a experiência cultural por meio de uma apropriação reflexiva, além de reconhecer a importância da criança na criação e modificação da cultura que buscamos compartilhar. Assim, a construção da institucionalização pode se fundamentar em uma pedagogia que valorize a participação e os direitos das crianças, interligando-se com a atuação dos

educadores. As representações sociais sobre a infância e as crianças impactam as abordagens educativas.

A partir dessa abordagem, existem perspectivas opostas sobre a criança e a infância. Uma visão destaca a pureza, a alegria e o potencial futuro da sociedade, enquanto a outra está ligada a características negativas de imaturidade e incompetência que prejudicam o direito de participação das crianças e a sua valorização social. Criança e infância são concepções sociais que impactam a vida cotidiana dos pequenos. De forma similar, a educação é também uma construção social, e as variadas percepções de criança e infância em diferentes países se refletem nas políticas e serviços de apoio (Tomás, 2014). As mudanças recentes têm promovido melhorias significativas, embora não completas, nas condições de vida das crianças, com avanços notáveis em indicadores como as taxas de mortalidade infantil, a eliminação de formas opressivas de trabalho, o acesso à informação e à cultura escrita, além do acesso a serviços essenciais como educação, saúde e moradia (Sarmento; Fernandes; Tomás, 2007). Contudo, é importante ressaltar que esses avanços não são universais e não alcançam todas as crianças ao redor do mundo. Assim, ainda existem muitos obstáculos a serem superados em relação aos direitos das crianças e ao seu reconhecimento como cidadãos em formação.

Reflexões Finais

A infância passa por uma reavaliação em função das limitações impostas pelas condições que a rodeiam. As vivências das crianças em cada época histórica desempenham um papel crucial na formação dos mecanismos de controle e das representações simbólicas que os adultos exercem sobre elas, além de constituírem a base para a construção das percepções sociais a respeito da infância. Assim, é fundamental desenvolver uma representação da criança que a defina pelo que realmente é, por suas ações e pelas características que a tornam única e diferenciada em relação a indivíduos de outras idades, como os adultos. A discussão sobre a normatividade é vital para entendermos as dinâmicas de transição e as transformações emergentes nas relações entre crianças e adultos em suas diversas esferas políticas, educativas e culturais.

É fundamental analisar criticamente a produção normativa que se concentra no adulto. A Constituição de 1989, ao retratar as crianças como sujeitos de direitos com um papel ativo e participativo na sociedade, marca simbolicamente o reconhecimento das crianças como cidadãos plenos pela primeira vez. Nesse contexto, os direitos de participação em questões que lhes dizem respeito e a relevância de ouvir suas opiniões tanto em esferas públicas quanto privadas emergem como tópicos importantes de pesquisa contemporânea.

Uma visão crítica da CDC (1989) no contexto da sociedade globalizada revela promessas que são inviáveis diante da realidade social, onde problemas como pobreza, fome, falta de acesso à saúde, abandono escolar, exploração infantil e crianças envolvidas em conflitos armados desafiam as garantias feitas pela CDC. A partir da análise das desigualdades sociais que afetam as crianças, é possível fundamentar uma agenda política que busque promover inclusão, bem-estar e cidadania para todas elas.

A cidadania infantil revela uma realidade paradoxal ao considerarmos as condições de vida reais das crianças e as chances que têm de participar ativamente. As circunstâncias de vida influenciam a maneira como os adultos percebem as crianças, assim como as oportunidades sociais disponíveis para elas; as crianças vivenciam de formas variadas a mesma realidade comum da infância. Nesse contexto, as escolas tendem a oferecer serviços direcionados às crianças e suas famílias, mas não se configuram como espaços que realmente favorecem o bem-estar infantil. A imagem tradicional da criança como o aluno incapaz ainda prevalece, favorecendo relações pedagógicas que são rígidas e mantêm desigualdades.

A instituição escolar concentra-se mais no estudante do que na criança. Ao se tornar uma entidade formal, a "criança" como ser individual e autônomo deixa de existir, dando lugar ao papel de aprendiz. É necessário progredir nesse aspecto e considerar a escola como um ambiente democrático de socialização, onde haja um diálogo respeitoso entre crianças e adultos, promovendo relações mais equilibradas. Muitos educadores não têm conhecimento de que os direitos das crianças podem orientar suas práticas pedagógicas. Esse assunto deve ser

abordado nas discussões dentro das escolas e nos programas de formação inicial e continuada de professores, assim como nas investigações que envolvam crianças, focando na participação delas como uma maneira de integrá-las à sociedade. A criança é um ser distinto em relação ao adulto e ao seu círculo de semelhantes.

A alteridade apresenta um desafio para o educador, que precisa adotar uma metodologia significativa, considerando a interdependência entre as realidades das crianças e dos adultos. Permitir que as crianças tenham voz implica promover processos de diálogo que reconheçam a diversidade entre elas e os adultos. O contexto da Educação Infantil configura-se como um terreno fértil para a envolvimento das crianças, trazendo diversos desafios relacionados aos recursos e metodologias que possibilitam ouvir as crianças. Um dos caminhos para isso é por meio das suas próprias formas de se expressar e entender o mundo, observando-as em seus ambientes, entendendo suas interações, necessidades e interesses em uma abordagem investigativa, interpretativa e crítica, garantindo que sua participação seja perceptível e expressa em suas manifestações e dinâmicas.

Referências

- BROSTOLIN, Marta Regina. Cidadania Infantil: questões contemporâneas e implicações para a participação da criança. *Eccos - Revista Científica, São Paulo*, n. 56, p. 1-14, jan./mar. 2021.
- COUTINHO, Angela Scalabrin. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. *Educativa, Goiânia*, v. 19, n.1, p. 762-773, set. /dez. 2016.
- DELGADO, Jaqueline. Entre saberes e práticas dos professores de Educação Infantil: um estudo sobre os cuidados na 1^a infância. *Revista Poésis, Tubarão*, v. 9, n.15, p. 63-79, jan./jun. 2015.
- DORNELLES, Leni Vieira; FERNANDES, Natalia. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. *Curriculum sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 65 -78, jan./abr. 2015.
- FERNANDES, Natalia. Infância e o direito a educação: dos ditos aos interditos. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 8, n. 2, p. 11- 26, maio/ago. 2019.

FERNANDES, Natalia; MARCHI, Rita de Cassia. A participação das crianças nas pesquisas: nuances a partir da etnografia e na investigação participativa. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

FERNANDES, Natalia; SOUZA, Luciana França. Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador**, v. 5, n.15, p. 970 - 986, set./dez. 2020.

FERNANDES, Natalia; TREVISAN, Gabriela. **Cidadania ativa**: roteiros metodológicos. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; LUCAS, Antonia Picornell (org.). Experiencias mundiales de ciudadanía de la infancia y adolescencia. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

MARCHI, Rita de Cassia; SARMENTO, Manoel Jacinto. Infância, normatividade e direito das crianças: transições contemporâneas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n.141, p. 951- 964, out./dez. 2017.

MARCHI, Rita de Cassia. Pesquisa etnográfica com crianças: participação, voz e ética. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.

PEREIRA, Maria João Pinho. **Participação das crianças em territórios de exclusão social: possibilidades e constrangimentos de uma cidadania infantil ativa**. 2017, 413f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2017.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angéla Uchoa. Protagonismo infantil: co-cons-truindo significados em meio a práticas sociais. **Paideia, Ribeirão Preto**, v.17, n. 38, p. 311-320, 2007.

ROSEMBERG, Fulvia.; MARIANO, Carmem Lucia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.40, n.141, p. 693-728, set./dez. 2010.

SANTOS, Marlene Oliveira; REBOUCAS, Nancy Helena; VARANDAS, Daniela Nascimento. Docência na Educação Infantil: entrelaçamentos entre formação inicial e prática pedagógica. **Revista Entreideias. Salvador**, v. 8, n. 2, p.111-134, maio/ago. 2019.

SARMENTO, Manoel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças e as infâncias**: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel.; SARMENTO, Manoel Jacinto (coord.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, Manoel Jacinto; FERNANDES, Natalia; TOMÁS, Catarina. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances, Presidente Prudente**, v. 12, n. 13 p. 50-64, 2005.

SARMENTO, Manoel Jacinto; FERNANDES, Natalia; TOMÁS, Catarina Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade & Culturas, Porto**, n. 25, p.183-206, 2007.

SARMENTO, Manoel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e aluno. **Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau**, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Curriculo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.

SARMENTO, Manoel Jacinto; TREVISAN, Gabriela. A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. **Educar em Revista, Curitiba**, v. 33, n. 2, p. 17-34, set. 2017.

TOMÁS, Catarina. As culturas da infância na Educação da infância: um olhar a partir dos direitos das crianças. **Revista Interacções**, Lisboa, n. 32, p. 129-144, 2014.

UNICEF. **Convenção do Direitos da Criança, Genebra**: Organização das Nações Unidas,1989.

Sobre os autores

Roselena Castelo de Souza Leonel

Primaverarose.leoenl@gmail.com

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN/Altamira.

Andréia de Oliveira Castro

andrea.dolcastro@aluna.uepa.br

ORCID.org/0000-0001-8340-4657

Doutoranda em Educação em Ciências e em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É mestra em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia pela Universidade do Estado do Pará (PPGEECA/UEPA, 2024). Possui especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Ciências Naturais: Biologia e Química pelo Centro Universitário Amparense (UNIFIA, 2008), em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX, 2012), e em Educação Física Escolar e Inclusiva pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Brás (2018). Graduou-se em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA, 2006) e em Educação Física pela mesma instituição (UEPA, 2014). Atualmente, é professora na Secretaria de Educação do Estado do Pará, ministrando disciplinas como Biologia, Química, Educação Física, Educação Ambiental e Sustentabilidade e clima. Sua área de interesse em pesquisa abrange Alfabetização Científica e Tecnológica, abordagens CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), Educação Ambiental e Meio Ambiente, com foco no desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a conscientização e o engajamento em questões socioambientais, especialmente no contexto amazônico.

Antônio dos Santos Leonel
leonel.lima_filho@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-5441-7595

Professor do Colegiado de Letras/Francês-UNIFAP. Doutor em Ciências da Educação- UNADES. Mestre em Ciências da Educação- UNADES. Especialista em Linguística Aplicada-FTA. Especialista em Linguística Romântica, Especialista em Direito Constitucional. Especialista em Psicanálise, Especialista em Direito Contábil, Especialista em Direito do trabalho e processo trabalhista- Faculdade Única. Graduado em Letras/ Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Atualmente, Acadêmico dos Cursos de História e pedagogia-UNINTER. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Coordenador dos grupos de pesquisa CITELLIN e CIEDUCAAMAZON. Coordena projetos de extensão voltados às práticas textuais em escolas estaduais do Amapá, bem como pesquisas voltadas as variantes linguísticas indígenas existentes no município de Oiapoque/AP. Já atuou como Coordenador do Curso de Letras/francês-UNIFAP. DISCIPLINAS MINISTRADAS:1. LINGÜÍSTICA ROMÂNICA 2. LÍNGUA LATINA II. HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA 3. SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA 4. SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA 5. MORFOMOLOGIA 6. TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA 7. SOCIOLINGÜÍSTICA 8. INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS 9. PSICOLINGÜÍSTICA 10.LPC- DIREITO.11. LPC-BIOLOGIA.12. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.

Ronaldo dos Santos Leonel
ronaldoleonel561@gmail.com
orcid.org/0000-0002-0475-4905

Doutorando em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E EM MATEMÁTICA (PPGECM - UFPR).Mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (PPGEECA - UEPA). Graduado em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2010). Graduado em Educação do Campo com Habilitação Específica em Ciências da Natureza e Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/ CAMPUS ALTAMIRA (2015).Professor Efetivo da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino em Altamira -Pará. Atualmente pesquisa sobre: FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA PARAENSE: TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS.